

## ATA 12

Ata 12/2010 – Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dez, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião extraordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Solange Silva dos Santos Fidélis, Loiva Fátima Bortolanza, Rosana A. P. Franco dos Santos, Sandra Cordeiro Muniz, Valdair Alberton Baggio, Márcia Fath, Raquel Cassol, Fernanda Pape, Roseli Terezinha Gass, Alcídio Pastório, Simone Beatriz Ferrari, Maria Inês Borges Mânica, Patrícia Ortigoza Chaves, Maria Aparecida Soares dos Santos, Lauro Edvino dos Santos, Renate Neumann Schewe Cardoso, Maria de Lurdes de Oliveira Silveira, Lisiane Kieling, Nelson Engelmann, Vilson André da Silva, Diomedes Cupertini, Margarete Justina Frasson, Irmã Vilma Geopato, Pastor Nelson Kissler, Rejane Linck Neumann e os participantes: Ires Damian Scuzziato, Marília Borges, Débora Lúcia S. Kowalski, Jaqueline Fernanda Machado e Rosângela Bertoldo. A presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica, saudou os conselheiros presentes e relata que esta reunião extraordinária foi convocada pelo fato de não ter dado tempo de realizar esses pontos na reunião ordinária e passa a apresentar a pauta do dia: **a)**

### **Apreciação e aprovação do Plano de Monitoramento e Avaliação e seus anexos; b)**

**Apreciação e aprovação do Protocolo de Gestão dos CRAS.** Em seguida a presidente Maria Inês passa para a assistente social e conselheira Fernanda Pape para dar continuidade a apresentação do Plano de Monitoramento e Avaliação, iniciando pelo anexo I que é o plano de trabalho e esclarece sobre o período de entrega deste instrumental, que será sempre na segunda quinzena de fevereiro de cada ano, sendo que este servirá para subsidiar o preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social e o Relatório de Gestão on line no sistema da SETP. Na sequência Fernanda esclarece sobre a forma de preenchimento, em que deverá aparecer os serviços conforme tipificação dos serviços socioassistenciais e fala sobre a preocupação das entidades em relação aos serviços, de como estes serão colocados e explica que esta situação ainda não está fechada, mas que as entidades não devem se preocupar com isto, pois no processo de monitoramento será identificado a forma como estarão preenchendo e, a partir disso será discutido a melhor forma de constar nos relatórios. Em relação a previsão de recursos financeiros, Fernanda solicita que as entidades descrevam todos os recursos que recebem para se ter claro como se dá o financiamento de cada entidade. Quanto aos recursos próprios ou de outras fontes que a entidade recebe, a conselheira Simone diz não ser necessário aparecer este detalhamento. Entretanto, Fernanda esclarece que no plano deve aparecer apenas o planejamento com os recursos próprios da entidade e, no relatório descritivo é que deverá constar o todo, ou seja, detalhado. Na sequência, a conselheira Rejane L. Neumann, solicita alteração no item 5 do Plano e sugere que seja o diagnóstico do público atendido pela entidade. A conselheira Simone Ferrari diz que não é um diagnóstico social ou financeiro do território, mas dos serviços da entidade e público atendido. O conselheiro Lauro Edvino dos Santos pede a Fernanda que esclareça de que forma foi realizada a construção do Plano. Neste momento a presidente, Maria Inês Mânica diz que na reunião ordinária do CMAS, Fernanda fez estes esclarecimentos quando apresentou o processo de construção do referido plano, onde disse que este foi elaborado pelo Departamento de Gestão e posteriormente, reuniram-se com as entidades, respeitando o nível de proteção para elaboração dos instrumentais. Em seguida a conselheira Roseli Gass sugere que o período para a entrega dos instrumentos Plano de Trabalho e Relatório Descritivo para as Entidades/Equipamentos, não aconteça no mês de janeiro, por ser férias coletivas, mas no mês de novembro do ano que antecede a entrega dos instrumentais citados para o Departamento de Gestão da Secretaria de Assistência Social. A presidente Maria Inês Mânica põe o anexo I – Plano de Trabalho para aprovação da plenária, a qual aprova por unanimidade. Fernanda passa a apresentar o Relatório Descritivo Quantitativo e Qualitativo, onde consta a identificação da Mantenedora, Equipamento ou Entidade Executora e Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho. Em relação aos dados sobre demanda reprimida, o conselheiro Lauro Edvino questiona como será identificada esta demanda e, Fernanda esclarece que cada entidade deverá sistematizar uma lista de espera para os serviços e assim chegará a estes números. Lauro Edvino questiona ainda sobre os instrumentais, se estes seguem um padrão único indicado a nível Estadual ou Federal ou é uma produção do Município? Fernanda esclarece que é uma produção do Município, porém, partem de outros documentos já existentes no Município. A conselheira Solange Fidelis complementa dizendo que estes documentos seguem parâmetros, conforme é solicitado as informações por parte do Estado e Governo Federal em relação ao Município. Na questão do financiamento houve discussão sobre a forma como aparecerá os recursos da entidade, ficando decidido que a tabela deverá ficar conforme a tabela do plano de trabalho. No item 16 sobre capacitação, a conselheira Simone B. Ferrari sugere que se acrescente dois pontos: 1) se a entidade participa

de capacitação e planejamento e; 2) se a entidade realiza capacitação e planejamento. Dessa forma, foram acrescentadas estas questões como 16.1 e 16.2. em seguida a presidente Maria Inês põe o Relatório Descritivo para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência Fernanda passa a apresentar a Avaliação da Política de Assistência Social do Eixo da Proteção Social Básica, lembrando que este instrumental foi adaptado da tipificação e irá acontecer uma vez ao ano com visitas in locu, no período de agosto a novembro, ressaltando que este instrumental foi construído a partir outros documentos já existentes e não são estáticos, podendo ser modificados conforme necessidade. O conselheiro Lauro Edvino questiona o porquê de se pegar uma ficha dentre quatrocentos atendimentos da entidade ou programa, já que não é uma amostragem equivalente. Fernanda esclarece que servirá para se verificar se a entidade tem instrumentais sendo minimamente organizada. No item 8.1, Fernanda diz que precisam definir por quanto tempo os termos de convênio e prestação de contas devem ficar armazenados. A conselheira Solange diz que na Lei 12.101/2009 – CEBAS define dez anos. Contudo, fica definido pelo Departamento de Gestão realizar estudo para estipular o prazo de armazenamento dos referidos documentos. No item 9, sobre o sigilo profissional, o conselheiro Lauro Edvino sugere que conste a pergunta “de que forma se garante o sigilo profissional?”, a questão foi aceita por todos. No item 10.1, se a entidade possui licença sanitária, houve a discussão que se a entidade não tiver a licença sanitária estará irregular. Neste momento, Fernanda diz que este item pode ser suprimido, porque já está contemplado no item 7. Em seguida houve a discussão sobre os serviços de Convivência, em relação a idade para participação em cada grupo de convivência. A conselheira Rejane Neumann sugere que o formulário fique como está e cada entidade assinala quantos itens for necessário e faça suas observações e, sugere ainda que seja inserido nos serviços de convivência o público “família”. Fernanda relata que esse serviço não compõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pois compõe uma Ação Essencial ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No entanto, a conselheira colocou para o Conselho que se a plenária deliberar por acrescentar esse item no formulário, poderá ser acrescido. A Plenária aprovou que se colocasse juntamente com os itens Crianças de 0 a 6 anos, Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, Adolescentes de 15 a 17 anos e Idosos. A presidente põe para aprovação o instrumental de Avaliação dos Serviços do Eixo da Proteção Social Básica, sendo aprovado com as alterações propostas. O instrumental de Avaliação dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade foi aprovado por unanimidade. No instrumental de Avaliação dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, a conselheira Rejane Neumann sugere que no item 4 seja alterado o termo “demanda reprimida” por “atendimentos que ultrapassam a capacidade de atendimento”. No item 8, foi substituída a palavra “salas” por “local” . A presidente põe para aprovação o instrumental de avaliação dos serviços de PSE de alta complexidade, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida passa para apresentação do Protocolo de Gestão do CRAS, onde a conselheira Solange Fidelis esclarece que este já foi apresentado na reunião ordinária pela Coordenadora do CRAS IV e conselheira Elisabete Medeiros Backes, sendo que também foi enviado via e-mail para todos os conselheiros antecipadamente. Solange fala que este documento foi uma construção da FAS – Fundação de Ação Social de Curitiba e que esta autorizou a utilização e adequação do material pelo Município para utilização nos CRASs e apresenta todos os instrumentais que serão utilizados para uniformização dos serviços prestados pelos CRAS. Solange coloca que este documento já está em processo de implantação e após um ano de aplicação será avaliado e repensado. O conselheiro Lauro Edvino observa que considera muito importante esta uniformização dos atendimentos, porém a questão é se foi considerado os recursos materiais, humanos e de estrutura. A coordenadora do CRAS II Débora L. Kowalski diz que foi pensado no ideal, pois se colocou a idéia do ideal para se exigir melhora. Solange ressalta que houve abertura por parte da Gestão e com esta organização se tem maior respaldo para cobrar estrutura. O Diretor Departamento de Proteção Social Básica Alcídio Pastório relata que estão passando por um processo de reformas em virtude do Monitoramento do SUAS realizado pelo Estado e lembra que o Município tem um prazo legal e acredita que vão cumprir, pois o Prefeito assumiu o compromisso para realizar tais adequações, inclusive a contratação de Psicólogos. Alcídio Pastório afirma ainda que houves grandes avanços na Assistência Social. A conselheira Rejane Neumann lembra que no dia de hoje está colocando em nível geral os instrumentos e planos. E como será a caminhada dos equipamentos daqui para frente? Na sequência a presidente Maria Inês pergunta para Solange se as avaliações referentes ao Plano de Monitoramento e Avaliação gerarão plano de providências caso os serviços, programas e projetos não estejam de acordo e Solange esclarece que sim e lembra que o CMAS tem que se apropriar deste processo, pois a partir disso virá para o Conselho deliberar, sendo este o papel do CMAS no processo do Monitoramento e Avaliação. A presidente dá por encerrada a reunião às 11 horas e 15 minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, Secretária Executiva, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.